8.º Enquanto em Cabo Verde a missão actuará sob a autoridade do Governo da província.

Ministério do Ultramar, 24 de Março de 1956.— Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Cabo Verde.— *Carlos Abecasis*.

QUADRO I

Vencimentos metropolitanos

Engenheiro-chefe	(a) 7.000\$00
Engenheiro adjunto	4.500\$00
Topógrafo	2.600\$00

(a) Em regime de tempo integral. Quando reparta a sua actividade por outro serviço do Estado receberá, a título de subsídio, a diferença entre este vencimento e o que aufera de tal serviço.

QUADRO II

Vencimentos ultramarinos (b)

Engenheiro-chefe	10.500\$00
Engenheiro adjunto	7.000\$00
Topógrafo	4.000\$00

(b) Estes vencimentos são acumuláveis apenas com os subsídios discriminados no corpo da portaria, não tendo o pessoal da missão, quando no ultramar, direito a qualquer outro abono, nem mesmo ao de família.

Ministério do Ultramar, 24 de Março de 1956.— Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

Portaria n.º 15 793

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do § 2.º do artigo 9.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, abrir um crédito especial de 467.745\$34, destinado a reforçar a verba do capítulo 10.º, artigo 1359.º, n.º 10) «Encargos gerais — Outros encargos — Quota-parte da província

para fazer face aos encargos resultantes de conferências internacionais, organismos delas derivados e outras despesas correlativas», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral de 1955 da província de Moçambique, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos.

Ministério do Ultramar, 24 de Março de 1956.— Pelo Ministro do Ultramar, *Carlos Krus Abecasis*, Subsecretário de Estado do Ultramar.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de Moçambique.— *Carlos Abecasis*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Primário

Decreto-Lei n.º 40 562

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Governo, pelo Ministro da Educação Nacional, a aceitar dos beneméritos João Rodrigues de Sequeira e António Rodrigues de Sequeira a importância de 300.000\$ para fundo de manutenção duma cantina escolar anexa às escolas de Vila Meã, freguesia de Ferreira, concelho de Lamego, distrito de Viseu, que se denominará «Cantina Irmãos Sequeira».

Art. 2.º A administração da cantina é autónoma e atribuída a uma comissão de cinco membros, nomeada pelo Ministro da Educação Nacional, da qual fará parte, como presidente, um dos beneméritos ou um seu representante.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Março de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Marcello Caetano* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Raul Jorge Rodrigues Ventura* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Henrique Veiga de Macedo*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.